



## EDITAL DE LICITAÇÃO

<b>Modalidade:</b> PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026		<b>Processo:</b> PROCESSO ELETRÔNICO: 0001132.25.01-2026	
<b>Data de Abertura:</b> 06/07/2026		<b>Horário de Abertura:</b> 10:00 Horas (Horário de Brasília)	
<b>Plataforma (site):</b> <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a>			
<b>Órgão Requisitante:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SEMUC			
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa para fornecimento material permanente (EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC através do Plano de Ação: 09032026-097305/ 2026, conforme Termo de Referência.			
<b>Valor Total Estimado para Contratação:</b> R\$ 198.775,18 (Cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos).			<b>Lance Mínimo:</b> R\$ 0,01
<b>Registro de Preços?</b> Não	<b>Vistoria / Visita Técnica</b> Não	<b>Instrumento Contratual</b> Contrato	<b>Critério de Julgamento</b> Menor Preço por Lote
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> Sicaf ou documentos equivalentes		<b>Requisitos Específicos</b> Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.			
<b>Modo de Disputa</b> Aberto	<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva de Cota ME/EPP?</b> Não	<b>Exige Amostra/ Demonstração</b> Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVOS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do <b>Termo de Referência – Anexo I deste Edital.</b>			
<b>Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação:</b> 120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:</b> EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
<b>Observações Gerais</b> <b>Obs.:</b> Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos. Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001132.25.01-2026**

**LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1 Preâmbulo:**

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – RO – CEP: 76.860- 000**, através da Pregoeira designada pela Portaria nº 504/2025 de 04 de Dezembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **012/2026** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento será **POR LOTE**, tendo por finalidade a **Contratação de empresa para fornecimento de material permanente (EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS)**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC através do Plano de Ação: 09032026-097305/ 2026, conforme Termo de Referência. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: [https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo\\_compras/](https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/).

1.1.4 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	22/06/2026 às 08h00min. (Horário Brasília)
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	06/07/2026 às 09h59min. (Horário Brasília)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	06/07/2026 às 10h00min. (Horário Brasília)

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

**1.2 Da Formalização e Autorização:**

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 0001132.25.01-2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legat

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)





lidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

## 2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento material permanente (EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC através do Plano de Ação: 09032026-097305/ 2026, conforme Termo de Referência.**

2.1.1 A licitação será julgada por LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

LOTE 01					
Item	Descrição do Produto/Serviço	UN	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	BUMBO 14"X16" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2	R\$2.015,64	R\$4.031,28
2	BUMBO 14"X18" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2	R\$2.128,49	R\$4.256,98
3	BUMBO 14"X20" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	4	R\$2.556,66	R\$10.226,64
4	CAIXA TENOR 14"X12" FORMAL COLORS	UND	8	R\$2.575,00	R\$20.600,00
5	QUADRITON 8", 10", 12" E 13" FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2	R\$3.123,97	R\$6.247,94
6	PRATO 14" BRONZE	PAR	14	R\$1.367,11	R\$19.139,54
7	SURDO JR 14" X 12" 6 AFINAÇÕES	UND	8	R\$1.595,65	R\$12.765,20
8	BUMBO SINFÔNICO 32X22 LAQUEADO COM CARRINHO E ANEL FLUTUANTE, BAG E BAQUETA	UND	1	R\$10.366,66	R\$10.366,66
9	XILOFONE 49 TECLAS DÓ/C4 A DÓ/C8 COM ESTOJO	UND	1	R\$12.996,66	R\$12.996,66
10	VIBRAFONE MASTER 37 TECLAS - FÁ/F3 A FÁ/F6 2 LARGURAS - COM ESTOJO	UND	1	R\$15.671,11	R\$15.671,11
11	CAMPANAS 1 1/4" C5/G6 20T TUBULARES COM ESTANTE CARRINHO	UND	1	R\$24.668,66	R\$24.668,66
12	TIMPANOS PROFISSIONAL 26"29	PAR	1	R\$50.158,66	R\$50.158,66
13	GONGO 40" COM ESTANTE E BAQUETA	UND	1	R\$7.645,85	R\$7.645,85
TOTAL GERAL					R\$ 198.775,18





2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

### 2.3 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.3.1 Informamos que os itens juntamente com seus valores Unitários e Totais, se encontram junto ao **Estudo Técnico Preliminar – ETP** e **Termo de Referência – TR**, anexo I deste Edital.

2.3.2 A Proposta deverá ser cadastrada por LOTE, conforme **Termo de Referência**.

2.3.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;

### 2.4 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.4.1 E demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – **Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

a) **Local/Horário de Entrega** – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.

b) **Prazo de Entrega do Objeto** – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

c) **Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica** – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

### 2.5 Dos Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.5.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

### 2.6 Do Pagamento:

2.6.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

### 2.7 Do Reajuste:

2.7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

2.7.2 Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

2.7.5 Nas aferições finais, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo.

2.7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser determinado pela legislação vigente.

2.7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do saldo contratual remanescente, mediante termo aditivo.







### 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.10 Em tempo, será analisado também:**

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

#### **4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);





- 4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;
- 4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- 4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;
- 4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 4.3.17 O licitante deverá comunicar imediato ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/Modelo nos casos das peças;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.
  - d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.
  - d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do **art. 71, inciso IX, da Constituição**; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO





## DE LANCES.

### 6.1 Da Abertura da Sessão:

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

### 6.2 Da Classificação das Propostas:

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### 6.3 Da Formalização de Lances:

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.3.4 O licitante poderá fazer uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais coloca-







ções;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

#### 6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de





desempate, nesta ordem:

- 6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - b) Empresa brasileira;
  - c) Empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

## 7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

## 8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, a-





companhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

#### **8.8 Das Correções Admissíveis;**

8.8.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

### **9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**





9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4 **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

e) Caso atendida as condições de participação, iniciado o processo de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

#### 9.5 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.5.1 Conter vícios insanáveis;

9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido





para a contratação;

9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.







9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema serão divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os lici-





tantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), *obriga a apresentação dessa declaração.*

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### 10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971;
- k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.
- l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

#### 10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:





- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g) Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, Certidões Administração Pública Federal (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);
- g) Certidão Negativa – CAGEFIMP, (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>),

#### 10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:
- b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);
- b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:
- Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
LG = ----- igual ou superior a 1 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- Ativo Total  
SG = ----- igual ou superior a 1 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- Ativo Circulante  
LC = ----- igual ou superior a 1 (Passivo Circulante)
- b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial corres-





pondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**OBS:** As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## 10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referentes ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presi-





dentos ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.  
6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não envio, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o n° do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

### 10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.







10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada, deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.





11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

#### 11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("**DISPARADO AVISO**"), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.





## 12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.

12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

## 13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilida-





des civil e criminal:

- 13.3.1 Advertência;
- 13.3.2 Multa;
- 13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e
- 13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato lícitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato lícitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnações ou esclarecimentos feitos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

#### 15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:







15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

## 16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

16.2.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

16.2.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3 Quaisquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no **Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br), ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por





mais privilegiado que seja.

## 17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

<b>Anexo I</b>	Termo de Referência
<b>Anexo II</b>	Estudo Técnico Preliminar
<b>Anexo III</b>	Análise de risco
<b>Anexo IV</b>	Modelo de Proposta Comercial
<b>Anexo V</b>	Declaração de Autenticidade
<b>Anexo VI</b>	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
<b>Anexo VII</b>	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.

Candeias do Jamari - RO, **19 de Junho de 2026**.

Pregoeiro Designado:  
**RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA**  
Pregoeiro Decreto nº 30/2025





**ANEXO – IV**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001132.25.01-2026**

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento material permanente (EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC através do Plano de Ação: 09032026-097305/ 2026, conforme Termo de Referência.

LOTE 01					
Item	Descrição do Produto/Serviço	UN	Qtd.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BUMBO 14"X16" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2		
2	BUMBO 14"X18" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2		
3	BUMBO 14"X20" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	4		
4	CAIXA TENOR 14"X12" FORMAL COLORS	UND	8		
5	QUADRITON 8", 10", 12" E 13" FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2		
6	PRATO 14" BRONZE	PAR	14		
7	SURDO JR 14" X 12" 6 AFINAÇÕES	UND	8		
8	BUMBO SINFÔNICO 32X22 LAQUEADO COM CARRINHO E ANEL FLUTUANTE, BAG E BAQUETA	UND	1		
9	XILOFONE 49 TECLAS DÓ/C4 A DÓ/C8 COM ESTOJO	UND	1		
10	VIBRAFONE MASTER 37 TECLAS - FÁ/F3 A FÁ/F6 2 LARGURAS - COM ESTOJO	UND	1		
11	CAMPANAS 1 1/4" C5/G6 20T TUBULARES COM ESTANTE CARRINHO	UND	1		
12	TIMPANOS PROFISSIONAL 26"29	PAR	1		
13	GONGO 40" COM ESTANTE E BAQUETA	UND	1		
VALOR TOTAL GERAL					

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de **Pregão**

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)





**Eletrônica nº 012/2026**, e seus anexos, apresentaram nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

**Outras informações:**

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.

- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA







ESTADO DE RONDÔNIA - RO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ  
Superintendência Municipal de Licitação - SML



**ANEXO – V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001132.25.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_,  
localizada na rua \_\_\_\_\_ - Nº \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_ - Cidade de \_\_\_\_\_  
- Estado de \_\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_, **DECLARA** que os documentos apresentados para o  
certame denominado **PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
, são autênticos.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 30





**ANEXO – VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001132.25.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026/SML/PMCJ/RO**, instaurado pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001132.25.01-2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividade- des Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





**ANEXO – VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001132.25.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





#### Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57\*. \*\*2-\*6 em **19/06/2026 12:21:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1222.5W21.801U.7789.4530**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.70F.92B** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **ELISÂNGELA BARRETO DE OLIVEIRA**, CPF: 968.63\*. \*\*2-\*4 , em **19/06/2026 - 12:15:03**

Código de Autenticidade deste Documento: 12U2.2V15.203E.U40V.7163

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



## JUNTADA

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 28 de maio de 2026.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### Processo Administrativo nº 0001132.13.05-2026

**Órgão Demandante:** Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari

**Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

**Objeto:** Aquisição de instrumentos e equipamentos culturais, do tipo instrumentos de fanfarra, novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das necessidades da Superintendência Municipal de Cultura e Lazer do Município de Candeias do Jamari/RO.

**Forma de Contratação:** Pregão Eletrônico

**Critério de Julgamento:** menor preço global / lote único

**Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.807/2025.

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, especificações e exigências para aquisição de instrumentos e equipamentos culturais destinados à fanfarra municipal.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, publicidade, planejamento e interesse público.

Os bens deverão ser entregues novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE

O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, possuindo especificações usuais de mercado e padrões objetivamente definidos.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

A execução ocorrerá de forma indireta, mediante contratação por Pregão Eletrônico, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, podendo a entrega ocorrer conforme necessidade administrativa e emissão da Ordem de Fornecimento.

### 5. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência da contratação será pelo período necessário à entrega, recebimento definitivo e garantia dos equipamentos adquiridos, iniciando-se a partir da assinatura do contrato, com duração de até 12 (doze) meses.

### 6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender às demandas culturais da Superintendência Municipal de Cultura e Lazer, fortalecendo projetos sociais, culturais e educacionais relacionados às bandas e fanfarras municipais.

A aquisição justifica-se pela insuficiência e desgaste dos instrumentos atualmente disponíveis.

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>







PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de instrumentos musicais, acessórios e equipamentos destinados à composição e manutenção da fanfarra municipal.

Inclui:

- Instrumentos de percussão;
- Instrumentos sinfônicos;
- Equipamentos complementares;
- Acessórios indispensáveis;
- Garantia dos produtos.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os produtos deverão:

- Ser novos e de primeiro uso;
- Possuir garantia mínima de 12 meses;
- Atender às normas técnicas aplicáveis;
- Ser entregues em embalagem adequada;
- Possuir padrão de qualidade profissional;
- Estar livres de defeitos.

## 9. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação do objeto principal da contratação.

## 10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto.

## 11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC.

### Prazo de entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

### Forma de solicitação

A solicitação será realizada formalmente pela SEMUC mediante emissão da Ordem de Fornecimento contendo quantitativos, especificações e local de entrega.

### Critérios operacionais

A contratada deverá:

- Realizar entrega integral dos itens solicitados;
- Garantir transporte adequado dos equipamentos;

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



- Responsabilizar-se por danos durante transporte;
- Substituir itens defeituosos sem ônus adicional;
- Cumprir integralmente os prazos estabelecidos.

### **Cronograma de execução**

A entrega ocorrerá conforme necessidade administrativa da SEMUC, observando o prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.

### **12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A contratada deverá:

- Entregar os itens conforme especificações;
- Responsabilizar-se pelo transporte;
- Substituir produtos defeituosos;
- Cumprir prazos estabelecidos;
- Manter regularidade fiscal e trabalhista.

### **13. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DO OBJETO**

Local: Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC  
Endereço: Rua 21 de Abril, nº 265 – Bairro União  
Horário: Das 07h30min às 13h30min.

### **14. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

A contratada deverá:

- Entregar os produtos acompanhados da Nota Fiscal;
- Observar os procedimentos administrativos;
- Permitir fiscalização da execução contratual;
- Corrigir irregularidades identificadas pela Administração.

### **15. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

Todos os instrumentos, acessórios, embalagens e componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos pela contratada.

### **16. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

A proposta deverá contemplar:

- Todos os custos diretos e indiretos;
- Transporte;
- Tributos;
- Garantias;
- Encargos trabalhistas;
- Entrega completa dos materiais.

### **17. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO OBJETO**

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

## 18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração.

## 19. PREPOSTO

A contratada deverá indicar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

## 20. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

### Fiscalização Técnica

Será responsável pela verificação da qualidade, funcionamento, conformidade técnica e compatibilidade dos equipamentos entregues.

### Fiscalização Administrativa

Será responsável pela conferência documental, acompanhamento de prazos, regularidade fiscal e cumprimento das obrigações contratuais.

### Gestor do Contrato

O gestor do contrato acompanhará a execução geral da contratação, emitirá relatórios de acompanhamento e adotará providências administrativas em caso de irregularidades.

### Procedimentos de registro

As ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas formalmente em relatório ou documento administrativo próprio.

### Comunicação de irregularidades

As irregularidades verificadas serão formalmente comunicadas à contratada para adoção das providências necessárias.

## 21. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

### Recebimento provisório

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, mediante conferência inicial das quantidades e integridade física dos materiais.

### Recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após verificação técnica e funcional dos produtos.

### Critérios de aceitação

Os produtos deverão:

- Estar em conformidade com as especificações técnicas;
- Apresentar perfeito funcionamento;
- Estar livres de avarias;
- Estar acompanhados dos acessórios necessários.

### Procedimento para rejeição

Os produtos em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados total ou parcialmente.

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Pág.: 4 / 8

ASSINADO POR(2): CPF:272.411.22-9 CPF:054.841.22-2

Pág.: 4 / 9 - ID. do Doc.: 2.68C.ECB - 09/06/2026 - 09:12:59 - ASSINADO POR(2): CPF:272.411.22-9 CPF:054.841.22-2

Pág.: 37 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.22-6



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Substituição em caso de defeito

A contratada deverá substituir os produtos defeituosos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação.

Liquidação

Ocorrerá após atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

Prazo de pagamento

Até 30 (trinta) dias após liquidação da despesa.

Forma de pagamento

Transferência bancária.

Reajuste

O reajuste será admitido após 12 meses da data-base da proposta, mediante aplicação de índice oficial aplicável ao objeto contratado, observada a legislação vigente.

## 22. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as penalidades previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

## 23. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

A seleção ocorrerá mediante Pregão Eletrônico.

Será adotado o critério de menor preço global, considerando a necessidade de padronização, compatibilidade técnica e melhor gerenciamento contratual da fanfarra municipal.

A contratação em lote único mostra-se mais vantajosa à Administração Pública, evitando divergências técnicas e assegurando uniformidade dos instrumentos

## 24. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa à Administração, observadas as exigências do edital.

## 25. REGIME DE EXECUÇÃO

O fornecimento dos itens que compõem a solução contratada ocorrerá conforme as condições, prazos e procedimentos definidos neste Termo de Referência e mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Administração.

## 26. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica

- Contrato social ou documento equivalente;
- Documentos de identificação do representante legal.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



## 27. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, conforme itens, quantitativos e valores demonstrados abaixo:

	Descrição do produto/serviço	UN	Qtd.	Preço un	Preço total
1	BUMBO 14"X16" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	2.015,64	4.031,28
2	BUMBO 14"X18" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	2.128,49	4.256,98
3	BUMBO 14"X20" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	4,00	2.556,66	10.226,64
4	CAIXA TENOR 14"X12" FORMAL COLORS	UND	8,00	2.575,00	20.600,00
5	QUADRITON 8", 10", 12" E 13" FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	3.123,97	6.247,94
6	PRATO 14" BRONZE	PAR	14,00	1.367,11	19.139,54
7	SURDO JR 14" x 12" 6 AFINAÇÕES	UND	8,00	1.595,65	12.765,20
8	BUMBO SINFONICO 32X22 LAQUEADO COM CARRINHO E ANEL FLUTUANTE, BAG E BAQUETA	UND	1,00	10.366,66	10.366,66
9	XILOFONE 49 TECLAS DÓ/C4 A DÓ/C8 COM ESTOJO	UND	1,00	12.996,66	12.996,66
10	VIBRAFONE MASTER 37 TECLAS - FÁ/F3 A FÁ/F6 2 LARGURAS - COM ESTOJO	UND	1,00	15.671,11	15.671,11
11	CAMPANAS 1 1/4" C5/G6 20T TUBULARES COM ESTANTE CARRINHO	UND	1,00	24.668,66	24.668,66
12	TIMPANOS PROFISSIONAL 26"29	PAR	1,00	50.158,66	50.158,66
13	GONGO 40" COM ESTANTE E BAQUETA	UND	1,00	7.645,85	7.645,85

Valor estimado:

**R\$ 198.775,18 (Cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos.)**

Os documentos que subsidiaram a pesquisa de preços encontram-se anexados aos autos do processo administrativo.

## 28. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, conforme reserva orçamentária a ser juntada aos autos do processo administrativo.

**Entidade/Órgão:** 02.000 – Prefeitura de Candeias do Jamari.

**Unidade:** 02.006 – Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC.

**Função/Subfunção:** 13.392 – Cultura/Difusão Cultural.

**Programa/Ação:** 1.038 - ADQUIRIR INSTRUMENTOS DE FOMENTO CULTURAL

**Elementos de despesa:** 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

**Ficha:** 579

## 29. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos conforme Lei nº 14.133/2021.

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Pág.: 6 / 8

ASSINADO POR(2): CPF:272.411.22-9 CPF:054.841.22-2  
Pág.: 6 / 9 - ID. do Doc.: 2.68C.ECB - 09/06/2026 - 09:12:59 - ASSINADO POR(2): CPF:272.411.22-9 CPF:054.841.22-2

Pág.: 39 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.22-6





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



### 30. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será formalizada mediante contrato administrativo.

### 31. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com entrega imediata e sem caráter continuado, a prorrogação contratual somente poderá ocorrer nas hipóteses excepcionalmente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal e interesse da Administração Pública.

### 32. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Fiscalizar a execução;
- Efetuar pagamento;
- Emitir Ordem de Fornecimento;
- Comunicar irregularidades.

### 33. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Entregar os produtos;
- Garantir qualidade;
- Substituir produtos defeituosos;
- Cumprir prazos;
- Manter regularidade fiscal.

### 34. OBRIGAÇÕES PERTINENTES

As partes deverão cumprir integralmente as cláusulas contratuais e legislação vigente.

### 35. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Aplicam-se as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

### 36. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos administrativamente e conforme legislação aplicável.

### 37. ALTERAÇÕES

O contrato poderá sofrer alterações conforme Lei nº 14.133/2021.

### 38. FORO

ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho para dirimir eventuais controvérsias.

### 39. RESPONSÁVEIS

**Nome:** MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO

**Cargo:** Chefe de Divisão de Emissão de Licença e Taxas

**Matrícula:** 13306

**Nome:** IVANILDE DE ARAÚJO LIMA

**Cargo:** Secretária Municipal de Cultura

**Matrícula:** 13355

Candéias do Jamari/RO, 28 de Maio de 2026

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41\*. \*\*2-9 em  
28/05/2026 10:12:30, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10R0.3A12.530H.981W.5383, com  
fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**, CPF:  
054.84\*. \*\*2-2 em 28/05/2026 10:10:13, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
10Z1.5710.413A.9449.8004, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: 2.632.CB5 - Tipo de Documento: JUNTADA.

Elaborado por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**, CPF: 054.84\*. \*\*2-2, em 28/05/2026 10:10:13, contendo 1.691 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1025.3X10.5136.6649.1740

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



ID: 2.632.CB5, MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO(28/05/2026 10:10:13) Palavras:1.691  
Cód. Autenticidade: 1025.3X10.5136.6649.1740 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Pág.: 8 / 8

ASSINADO POR(2): CPF:272.41\*. \*\*2-9 CPF:054.84\*. \*\*2-2  
Pág.: 8 / 9 - ID. do Doc.: 2.68C.ECB - 09/06/2026 - 09:12:59 - ASSINADO POR(2): CPF:272.41\*. \*\*2-9 CPF:054.84\*. \*\*2-2

Pág.: 41 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF:005.57\*. \*\*2-6



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41\*. \*\*2-  
\*9 em **09/06/2026 09:15:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**09K3.4W15.854R.K53Z.6776**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**,  
CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 em **09/06/2026 09:12:59**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**0994.7212.7594.314V.7170**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.68C.ECB** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**, CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 , em **09/06/2026 - 09:12:59**

Código de Autenticidade deste Documento: 0962.3612.559Z.W42E.6346

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

**Processo Administrativo:** 0001132.13.05-2026

**Órgão Demandante:** Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO

**Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

**Objeto:** Aquisição de instrumentos e equipamentos culturais, do tipo instrumentos de fanfarra, novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das necessidades da Superintendência Municipal de Cultura e Lazer do Município de Candeias do Jamari/RO

**Forma de Contratação:** Pregão Eletrônico

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Global (lote único)

**fundamentação Legal:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.807/2025.

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando demonstrar a necessidade da contratação, analisar as soluções existentes no mercado e demonstrar a viabilidade técnica e econômica da aquisição pretendida.

A contratação visa atender às necessidades da Superintendência Municipal de Cultura e Lazer do Município de Candeias do Jamari, fortalecendo as ações culturais desenvolvidas pela Administração Pública Municipal

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação decorre da necessidade de aquisição de instrumentos e equipamentos culturais destinados à formação, manutenção e fortalecimento das bandas e fanfarras municipais.

A necessidade surge em razão da insuficiência e desgaste dos instrumentos atualmente existentes, comprometendo a execução adequada das atividades culturais, cívicas e educacionais promovidas pela Administração Pública Municipal.

A aquisição permitirá melhores condições para realização de apresentações culturais, desfiles cívicos, eventos institucionais e projetos sociais voltados à comunidade.

### 3. DADOS DO REQUISITANTE

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

Setor Responsável: Superintendência Municipal de Cultura e Lazer

Município: Candeias do Jamari – RO

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens deverão:

- Ser novos e de primeiro uso;
- Possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- Atender às normas técnicas aplicáveis;
- Ser entregues em perfeitas condições de funcionamento;
- Possuir padrão de qualidade adequado ao uso contínuo;
- Estar acompanhados dos acessórios necessários;
- Atender integralmente às especificações do Termo de Referência.

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 1



Pág.: 1 / 7 - ID. do Doc.: 2.5D7.75D - 19/05/2026 - 10:05:56 - ASSINADO POR(2). CPF:272.411.229 CPF:054.841.222

Pág.: 43 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1). CPF:005.571.226

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1032.6605.256V.714W.5430 - ATHUS - PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 12U2.2V15.203E.U40V.7163 - ATHUS - PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI - RO



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

A empresa contratada deverá apresentar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021..

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de mercado junto a fornecedores especializados no fornecimento de instrumentos musicais e equipamentos culturais.

Durante a análise das soluções disponíveis, foram avaliadas as seguintes alternativas:

### a) Aquisição de instrumentos usados

A alternativa foi considerada inviável em razão da ausência de garantia, menor vida útil, maior possibilidade de manutenção corretiva e comprometimento da qualidade sonora dos instrumentos.

### b) Locação de instrumentos musicais

A locação foi analisada, porém demonstrou-se economicamente desvantajosa para a Administração Pública, considerando a necessidade contínua de utilização dos instrumentos nas atividades permanentes da fanfarra municipal.

### c) Aquisição de instrumentos novos

A solução escolhida consiste na aquisição de instrumentos novos e de primeiro uso, por apresentar maior durabilidade, garantia do fabricante, melhor desempenho técnico, menor custo de manutenção e incorporação definitiva ao patrimônio público.

Após análise comparativa das alternativas disponíveis, concluiu-se que a aquisição de instrumentos novos apresenta a solução mais vantajosa para a Administração, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de instrumentos e equipamentos culturais destinados à composição da fanfarra municipal, incluindo instrumentos de percussão, metais, acessórios e equipamentos necessários ao funcionamento das atividades culturais desenvolvidas pela SEMUC.

A contratação contempla:

- Fornecedor integral dos instrumentos;
- Entrega no Município;
- Garantia dos produtos;
- Equipamentos novos e de primeiro uso;
- Atendimento das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades foram definidas conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, considerando:

- Número estimado de participantes da fanfarra municipal;
- Necessidade de reposição de instrumentos danificados;

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 2



Pág.: 2 / 7 - ID. do Doc.: 2.5D7.75D - 19/05/2026 - 10:05:56 - ASSINADO POR(2). CPF:272.411.229 CPF:054.841.222

Pág.: 44 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1). CPF:005.571.226





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



## Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

- Estruturação da fanfarra municipal;
- Atendimento aos eventos culturais, cívicos e institucionais.

### Memória de cálculo

A estimativa dos quantitativos tomou como base:

- Aproximadamente 50 participantes nas atividades da fanfarra municipal;
- Distribuição proporcional entre instrumentos de percussão, sopro e acessórios;
- Necessidade de reserva técnica para substituição e manutenção preventiva;
- Ampliação das atividades culturais promovidas pela SEMUC.

Os quantitativos detalhados e individualizados constarão no Termo de Referência e nas planilhas de composição da demanda anexadas ao processo administrativo.

	Descrição do produto/serviço	UN	Qtd.
1	BUMBO 14"X16" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00
2	BUMBO 14"X18" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00
3	BUMBO 14"X20" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	4,00
4	CAIXA TENOR 14"X12" FORMAL COLORS	UND	8,00
5	QUADRITON 8", 10", 12" E 13" FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00
6	PRATO 14" BRONZE	PAR	14,00
7	SURDO JR 14" x 12" 6 AFINAÇÕES	UND	8,00
8	BUMBO SINFONICO 32X22 LAQUEADO COM CARRINHO E ANEL FLUTUANTE, BAG E BAQUETA	UND	1,00
9	XILOFONE 49 TECLAS DÓ/C4 A DÓ/C8 COM ESTOJO	UND	1,00
10	VIBRAFONE MASTER 37 TECLAS - FÁ/F3 A FÁ/F6 2 LARGURAS - COM ESTOJO	UND	1,00
11	CAMPANAS 1 1/4" C5/G6 20T TUBULARES COM ESTANTE CARRINHO	UND	1,00
12	TIMPANOS PROFISSIONAL 26"29	PAR	1,00

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

13	GONGO 40" COM ESTANTE E BAQUETA	UND	1,00
----	---------------------------------	-----	------

#### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, mediante média dos preços obtidos em cotações, consultas junto a fornecedores especializados e demais fontes admitidas, conforme quadro estimativo abaixo:

	Descrição do produto/serviço	UN	Qtd.	Preço un	Preço total
1	BUMBO 14"X16" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	2.015,64	4.031,28
2	BUMBO 14"X18" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	2.128,49	4.256,98
3	BUMBO 14"X20" 8 AFIN FORMAL COLORS COM COLETE	UND	4,00	2.556,66	10.226,64
4	CAIXA TENOR 14"X12" FORMAL COLORS	UND	8,00	2.575,00	20.600,00
5	QUADRITON 8", 10", 12" E 13" FORMAL COLORS COM COLETE	UND	2,00	3.123,97	6.247,94
6	PRATO 14" BRONZE	PAR	14,00	1.367,11	19.139,54
7	SURDO JR 14" x 12" 6 AFINAÇÕES	UND	8,00	1.595,65	12.765,20
8	BUMBO SINFONICO 32X22 LAQUEADO COM CARRINHO E ANEL FLUTUANTE, BAG E BAQUETA	UND	1,00	10.366,66	10.366,66
9	XILOFONE 49 TECLAS DÓ/C4 A DÓ/C8 COM ESTOJO	UND	1,00	12.996,66	12.996,66
10	VIBRAFONE MASTER 37 TECLAS - FÁ/F3 A FÁ/F6 2 LARGURAS - COM ESTOJO	UND	1,00	15.671,11	15.671,11
11	CAMPANAS 1 1/4" C5/G6 20T TUBULARES COM ESTANTE CARRINHO	UND	1,00	24.668,66	24.668,66
12	TIMPANOS PROFISSIONAL 26"29	PAR	1,00	50.158,66	50.158,66
13	GONGO 40" COM ESTANTE E BAQUETA	UND	1,00	7.645,85	7.645,85

**Valor Total Estimado: R\$ 198.775,18** (cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos).

A estimativa foi elaborada mediante:

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 4



Pág.: 4 / 7 - ID. do Doc.: 2.5D7.75D - 19/05/2026 - 10:05:56 - ASSINADO POR(2): CPF-272.411.229 CPF-054.841.222

Pág.: 46 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF-005.571.226



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

- pesquisa de preços junto a fornecedores especializados;
- cotações eletrônicas;
- levantamento de contratações similares;
- consulta a bancos de preços públicos.

Os documentos comprobatórios da pesquisa de preços encontram-se anexados aos autos, em observância ao **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação não será parcelada, considerando a necessidade de padronização dos instrumentos e equipamentos culturais que comporão a fanfarra municipal. A aquisição conjunta mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, tendo em vista que os itens possuem relação funcional e operacional entre si, compondo um conjunto integrado destinado às atividades da fanfarra.

A contratação em lote único possibilita maior compatibilidade técnica entre os instrumentos, uniformidade sonora, padronização estética, melhor integração dos equipamentos e simplificação da gestão contratual, reduzindo riscos relacionados à divergência de especificações, qualidade e desempenho dos materiais fornecidos.

Além disso, a centralização do fornecimento contribui para melhor acompanhamento da execução contratual, padronização das garantias, redução de inconsistências entre itens fornecidos por diferentes empresas e maior eficiência logística e operacional.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da solução apresenta maior vantajosidade técnica e administrativa para a Administração Pública, em observância ao art. 18, §1º, inciso VIII, e art. 40, §§2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas ao objeto da presente contratação.

#### 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Município e às ações de fortalecimento das políticas públicas culturais, estando compatível com:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

#### 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Com a contratação, espera-se:

- Fortalecimento das atividades culturais;
- Incentivo à inclusão social;
- Valorização da cultura local;
- Ampliação das ações culturais do Município;
- Melhoria das apresentações da fanfarra municipal;
- Atendimento adequado aos eventos oficiais;
- Desenvolvimento artístico de crianças, adolescentes e jovens.

#### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 5





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC

Deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do Termo de Referência;
- Elaboração da Análise de Risco – AR;
- Pesquisa de preços;
- Reserva orçamentária;
- Instauração do Pregão Eletrônico;
- Designação de gestor e fiscal do contrato;

Fiscalização da execução contratual.

#### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados baixos.

A contratada deverá observar práticas sustentáveis quanto:

- Ao descarte adequado de embalagens;
- À utilização de materiais duráveis;
- Ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

#### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação é técnica e economicamente viável, mostrando-se necessária ao atendimento das demandas da Superintendência Municipal de Cultura e Lazer do Município de Candeias do Jamari.

A solução apresentada atende ao interesse público e encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 16. RESPONSÁVEIS

##### Responsável pela Elaboração do ETP

**Nome:** MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO

**Cargo:** Chefe de Divisão de Emissão de Licença e Taxas

**Matrícula:** 13306

##### Autorizado da Autoridade Competente pela Contratação:

**Nome:** IVANILDE DE ARAÚJO LIMA

**Cargo:** Secretária Municipal de Cultura

**Matrícula:** 13306

Candeias do Jamari/RO, 15 de Maio de 2026

Rua 21 de Abril – Nº 265 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 76.860-000 – E-mail: [semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 6



Pág.: 6 / 7 - ID. do Doc.: 2.5D7.75D - 19/05/2026 - 10:05:56 - ASSINADO POR(2): CPF-272.411.229 CPF-054.841.222

Pág.: 48 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF-005.571.226



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41\*. \*\*2-  
\*9 em **19/05/2026 10:09:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**10E6.3W09.443U.3477.8814**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**,  
CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 em **19/05/2026 10:05:56**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**10W3.7H05.556H.A587.1084**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.5D7.75D** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 90/2026**

Elaborado por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**, CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 , em **19/05/2026 - 10:05:56**

Código de Autenticidade deste Documento: 1032.6605.256V.714W.5430

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 65/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
65/2026	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	20/05/2026 14:31
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Disponibilizado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de instrumentos e equipamentos de fanfarra		

## 2. Histórico de Revisões

Data e Hora	Versão	Descrição	Autor
20/05/2026 14:43	1.0	Revisão gerada automaticamente após disponibilização de ajustes na fase de Planejamento	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Maior tempo na fase interna da contratação	Dificuldade de elaboração de documentos específicos que pode acarretar na morosidade do processo.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Morosidade na aquisição do serviço de natureza contínua					
2	Definição inadequada do escopo e especificação.					
Ações Preventivas						
P-01	Iniciar com maior prazo de antecedência possível o planejamento da contratação.			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	
P-02	Proceder ao levantamento da necessidade com diálogo com interessados e formalizar o Termo de Referência			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	
Ações de Contingência						
C-01	Tratar a contratação em questão como prioridade a fim de sanar os problemas o mais rápido possível.			Responsável:	IVANILDE DE ARAUJO LIMA	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Levantamento Impreciso do Quantitativo	Levantamento do quantitativo feito de modo inadequado e não condizente com a realidade.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Adquirir os bens em quantidade acima do necessário, o que gera gasto indevido.					
2	Adquirir os bens em quantidade abaixo do necessário, o que não supre a necessidade da instituição.					
Ações Preventivas						
P-01	Proceder a uma verificação criteriosa das reais necessidades			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	
Ações de Contingência						
C-01	Quando superestimada – a unidade demandante deve justificar a quantidade de itens do pedido de aquisição e quando necessário retificar as quantidades, adequando-as a realidade.			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Preços Subestimados ou Superestimados	Não efetuar a pesquisa de preços de forma adequada	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Resultado da licitação com preços superiores ou inferiores aos praticados no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade. Possibilidade de resultar em licitação fracassada.					
Ações Preventivas						
P-01	Seguir as orientações normativas sobre a pesquisa de preço.			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO	
Ações de Contingência						
C-01	A unidade demandante deve adequar a pesquisa de preços e demais documentos do processo			Responsável:	MARLOS ANTONY FERNANDES	

licitatório.

AQUINO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Ausência de Licitantes ou Propostas Válidas	Falha no planejamento de contratação ou falta de interesse dos fornecedores.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Perda do processo licitatório.					
	Ações Preventivas					
P-01	Especificar o material pretendido com informações necessárias e objetivas. Exigir habilitação que possibilite maior número de concorrentes, sem descomprometer a qualidade pretendida. Ampla divulgação do edital.			Responsável: MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO		
	Ações de Contingência					
C-01	Reavaliação do Termo de Referência e republicação do Edital.			Responsável: MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Não Haver Disponibilidade Orçamentária	Falta de planejamento orçamentário para a aquisição.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não será possível a contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Buscar base no Planejamento Estratégico da Instituição, conforme item que descreve a necessidade de contratação no documento do Estudo Técnico Preliminar.			Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA		
Ações de Contingência						
C-01	Promover articulação junto ao setor competente para avaliação da disponibilidade financeira e adoção das providências necessárias quanto à reprogramação, suplementação ou ajustes permitidos no instrumento de convênio, bem como reavaliar a necessidade imediata dos itens demandados, quando aplicável.			Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso no entrega dos Itens	Causa relacionada ao fornecedor.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	Impactos					
1	Demora na entrega dos bens.					
	Ações Preventivas					
P-01	Alertar o fornecedor a respeitar o prazo de entrega de acordo com o que foi definido no Termo de Referência.			Responsável: MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicar sanção.			Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA		

#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

#### 5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

**MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 14:43:15.

**IVANILDE DE ARAUJO LIMA**

Autoridade competente



2 de 3



Pág.: 2 / 4 - ID. do Doc.: 2.5F2.BB5 - 21/05/2026 - 08:40:58 - ASSINADO POR(2): CPF:272.411.299 CPF:054.841.222

Pág.: 51 / 53 - ID. do Doc.: 2.70F.92B - 19/06/2026 - 12:15:03 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.226





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41\*. \*\*2-  
\*9 em **21/05/2026 08:49:29**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**0874.3A49.529E.E573.1705**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**,  
CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 em **21/05/2026 08:40:58**, Cód. Autenticidade da Assinatura:  
**08V2.8U40.058A.X73V.7336**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de  
2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.5F2.BB5** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 51/2026**

Elaborado por **MARLOS ANTONY FERNANDES AQUINO**, CPF: 054.84\*. \*\*2-\*2 , em **21/05/2026 - 08:40:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 0882.6340.8581.V47U.0281

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

